

Evasão de alunos cotistas é menor

Por Joice Balboa

Desde 2008, quando foram implementadas as cotas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aproximadamente 3.672 alunos entraram na universidade através do programa de Ações Afirmativas. O número de evasão escolar naquele ano foi maior no grupo de alunos que ingressaram pela classificação geral em relação aos alunos cotistas. Por classificação geral, a evasão foi 9%; de cotistas negros, 4,2%; e de escola pública, 5,5%. Já a reprovação no primeiro semestre de 2008, mostra outro resultado: classificação geral, 18,8% de reprovados; escola pública, 19,4%; negros, 27,7%.

Observa-se que no primeiro semestre após o ingresso no curso superior, o índice de aproveitamento dos alunos cotistas é baixo e aumenta conforme a progressão no curso.

Na última sexta-feira, dia 5, o professor Marcelo Tragtenberg, do Departamento de Física da UFSC, esteve no Supremo Tribunal Federal (STF) e apresentou os resultados da política de cotas de acesso à UFSC na Audiência Pública sobre Políticas de Ação Afirmativa de Reserva de Vagas no Ensino Superior, discutindo a constitucionalidade desta prática no acesso às universidades públicas. A UFSC fez parte da sessão "Experiências de Aplicação de Políticas de Ação Afirmativa", e Tragtenberg falou sobre "Programa de Ações Afirmativas da UFSC: fundamentos e resultados preliminares".

A discussão é a distribuição das vagas oferecidas pelas Ações Afirmativas. Por que reservar vagas para negros necessariamente provenientes de escolas públicas se já existe a reserva de vagas para essas? Imagina-se que a maioria da população negra é pobre e, portanto, estuda em escola pública, porém, há mais alunos brancos com ensino fundamental e médio concluído que os negros. Apenas 30% dos formados em ensino fundamental em escolas públicas são afrodescendentes, os outros 70% são brancos. "Se fossem reservadas vagas apenas para escolas públicas, não entrariam negros na universidade, por isso, a necessidade de vagas exclusivas para negros", explica Tragtenberg.

Até 2010 não foram preenchidas as cinco vagas oferecidas por ano para os índios: em 2008 entraram dois alunos, em 2009 mais dois, mas um não foi considerado índio, e agora ingressaram outros dois. Segundo o professor Tragtenberg, isso acontece pela falta de divulgação destas vagas nas tribos indígenas, e também pelo idioma diferente. "Eles pensam e falam em outra língua. Deveria ser feita uma prova diferenciada com notas de corte diferentes",

analisa o professor, uma vez que se exige notas mínimas nas provas de língua portuguesa, redação e questões discursivas no vestibular em um idioma que os índios não dominam.

A universidade mantém programas que auxiliam alunos com dificuldades sócio-econômicas em se manter no ensino superior, como apoio pedagógico pela PRAE e o projeto VIVA, Bolsa Permanência e de Curso Extracurricular em língua Estrangeira, Auxílio Material Didático - que auxiliam em fotocópias, jalecos, kits de odontologia, Restaurante Universitário, medicamentos e moradia.

Tragtenberg enfatiza que as cotas aumentam o número de pessoas de classes sociais diferentes dentro da universidade, e o papel que cada uma representa para a sociedade, servindo de incentivo e modelo para que outros indivíduos também ingressem no ensino superior.

O sistema de cotas na UFSC reserva 30% das vagas para candidatos provenientes de escolas públicas (20%) e auto declarados negros de escolas públicas (10%), além de cinco vagas anuais para índios. Das instituições federais e das estaduais, 65% e 68%, respectivamente, já adotaram as Ações Afirmativas.

